

## APRESENTAÇÃO

A Dom Helder Revista de Direito tem a honra de trazer a lume artigos da mais alta cientificidade. Os(as) autores(as) desta edição trouxeram temas inovadores, como a preocupação com a violência de gênero; Direito Ambiental suscitando o capitalismo verde; a dignidade da vida humana e urbanização; a transação penal; a usucapião e o Direito do Trabalho.

Iniciando esta edição, Polliana Barreto e Ivanna Pequeno dos Santos, ambas provenientes da Universidade Federal do Cariri (UFCA), em “Violência e gênero: legítima defesa da honra ADPF 779”, retroagem na história para explicar a tese da legítima defesa da honra como elemento justificador de crimes contra a mulher. O tema é de extrema importância, porque a violência contra a mulher no Brasil tem índices elevadíssimos.

Em outro giro, mas ainda na seara dos direitos humanos, Camilla Martins dos Santos Benevides, da Università degli Studi di Roma “La Sapienza” (UNIROMA1) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Marco A. C. Vilatore e Luiz E. Gunter, ambos da UFSC, discutem sobre a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho, em vigor no Brasil, e o Decreto Presidencial 10.088/2019 do atual governo, que não a considera. Logo, os autores entendem que o decreto deve ser considerado inconstitucional.

No artigo “Fundamento de punibilidade da participação e a participação por ações neutras”, Maurício Paula Lopes, procedente da Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC), propõe soluções para a participação em ações neutras. Ou seja, no Direito Penal essas ações podem colaborar para práticas de delitos. Trata-se de um tema pouco debatido e, portanto, o autor utiliza-se de caso concreto para deixar claro como esses fatos ocorrem e, com riqueza de detalhes, faz comparação com o Direito brasileiro e o Direito alemão.

Com uma visão civilista, Osvaldo J. G. de Mesquita Filho e Daniel Gaio, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desenvolvem o artigo intitulado “A usucapião extrajudicial, seus riscos e a participação do Poder Público”. Os cientistas analisam os riscos e os efeitos negativos advindos da instrumentalização para a população de baixa renda. Para sanar o problema crônico no país sobre o direito de moradia, é necessária a participação do Poder Público.

No âmbito do Direito Penal, Michel W. Reiss, da Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC), e Daniel Prates Sternick, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS), são os responsáveis pelo texto “Da transação como óbice ao Acordo de não Persecução Penal: considerações de Direito Intertemporal”. Os autores avaliam, da ótica do Direito Intertemporal, a opção

legislativa da transação penal como vedação legal ao oferecimento do Acordo de não persecução Penal ao investigado. Os pesquisadores demonstram, no desenvolver do tema, a preocupação com a segurança jurídica nesses casos.

O déficit habitacional no Brasil chega à casa de milhões de moradias, e é com esse mote que Mariza Rios, da Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC), e Gleiziane Aristeu, da mesma instituição, no texto “Urbanização da pobreza em Belo Horizonte: Projeto Vila Viva e controvérsias urbanísticas”, dissertam sobre a promoção da moradia digna, principalmente nos casos das favelas de Belo Horizonte. As autoras apreciam os efeitos das medidas públicas de urbanização das favelas por meio do Programa Vila Viva, que foi implementado pelo Poder Público.

Com uma pegada ambiental, Maria de Fátima S. Wolkmer e Jaqueline Scusel, ambas vinculadas à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em “Tecendo a rede da vida além do capitalismo verde”, refletem sobre a crise ecológica vivenciada atualmente. Essa crise é externada pela utilização da natureza sem deixar que ela se recomponha. A forma utilitarista do homem sobre a natureza já foi discutida em várias convenções internacionais. Por isso, as autoras verificam a possibilidade da superação do modelo econômico capitalista verde para uma maneira verdadeiramente sustentável.

Perceba que as pesquisas publicadas nesta edição têm cunho prático na resolução de problemas, problemas estes relacionados à dignidade da pessoa humana. Este é o fundamento das investigações, ou seja, serem capazes de solucionar dificuldades que afligem o ser humano. Por isso, a *Dom Helder Revista de Direito* agradece a todos(as) os (as) autores(as) pelas riquíssimas contribuições enviadas para este periódico, assim como aos avaliadores(as), que também fizeram esta publicação possível.

Profa. Dra. Beatriz Souza Costa  
Editora-Chefe da *Dom Helder Revista de Direito*  
Pró-Reitora de Pesquisa da ESDHC